

# 1000 QUESTÕES

# ENAM

## EXAME NACIONAL DA MAGISTRATURA



CADERNO DE TREINAMENTO



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD



# AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.maxieduca.com.br>

# SUMÁRIO



## ENAM

### 1000 Questões Gabaritadas

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	50

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	38

#### NOÇÕES DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	35

#### DIREITOS HUMANOS

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	29

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	41

#### DIREITO CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	44

#### DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	45

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO

## DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	36

# SUMÁRIO



### 1. (FGV - 2024)

Com relação ao Federalismo Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os Estados-Membros possuem autonomia econômica, política e organizacional, praticando auto-organização mediante um poder constituinte próprio.
- (B) Cada Estado-Membro tem suas próprias leis, mas concorda em renunciar a parte de seu poder de legislar para ter uma legislação comum com os demais membros da federação, visando a obter vantagens decorrentes da integração sem perder soberania política.
- (C) O governo central concentra as decisões políticas, contudo, descentraliza a execução dessas decisões. Esta descentralização de competências administrativas pode ocorrer em nível municipal ou regional em um ou em vários níveis simultaneamente.
- (D) Após a tomada de decisão pelo governo central, os demais entes públicos adquirem alguma autonomia política decidindo no caso concreto o que deve ser feito para executar as políticas públicas definidas.
- (E) Comporta verdadeira descentralização política, sendo atribuídos poder e capacidade política aos entes integrantes do sistema. A soberania é uma, e a Constituição reserva aos integrantes autonomia, maior ou menor.

### 2. (FGV - 2025)

Após uma década de vigência da Constituição do Estado Alfa, que buscou amparar em seu texto diversas ideologias do ambiente sociopolítico, não raro divergentes entre si, a exemplo dos pensamentos liberal e social, constatou-se que os seus aspectos sistêmicos vinham sendo solenemente ignorados pelas estruturas estatais de poder, que criaram procedimentos paralelos para reger sua atuação, inclusive nas relações com a pessoa humana.

A Constituição do Estado Alfa pode ser classificada como:

- (A) plena e sistemática.
- (B) cesarista e ortodoxa.
- (C) axiológica e normativa.
- (D) semântica e dogmática.
- (E) nominal e compromissória.

### 3. (FGV - 2024)

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, é a lei fundamental que organiza o Estado brasileiro e estabelece os direitos e deveres fundamentais dos cidadãos.

Entre os direitos que não são passíveis de um Estado Democrático assegurar, constantes no preâmbulo da Constituição, encontra-se pertinente o exercício da

- (A) liberdade.
- (B) segurança.

**1. (FGV - 2024)**

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece os princípios fundamentais da Administração Pública. Inscritos no artigo 37, esses princípios formam a base para uma administração pública que deve ser transparente, responsável e comprometida com o bem-estar coletivo.

O princípio relacionado ao modo de organizar, estruturar e disciplinar a Administração Pública para alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público é denominado Princípio da

- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Moralidade.
- (D) Publicidade.
- (E) Eficiência.

**2. (FGV - 2023)**

Avalie se as afirmativas a seguir estão em consonância com os princípios fundamentais da Administração Pública:

**I.** Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal, de modo que é lícito fazer tudo que a lei não proíbe.

**II.** Os atos dos funcionários públicos são sempre imputados ao órgão para o qual oficiam, de forma que o ato de um agente é na verdade o ato de um órgão.

**III.** Todo ato administrativo deve ser publicado, com exceção dos que possuem sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais ou de interesse superior da Administração, conforme previstos na lei.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**3. (FGV - 2024)**

A sociedade Alfa pleiteou um ato discricionário perante a Administração Pública Municipal, de modo que cabe ao órgão competente analisar da conveniência e oportunidade para fins de deferimento do pedido formulado, no âmbito do mérito administrativo.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que os elementos do ato administrativo que integram o respectivo mérito são

- (A) competência e finalidade.
- (B) motivo e objeto.
- (C) forma e objeto.
- (D) competência e motivo.
- (E) finalidade e forma.



## NOÇÕES DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

### 1. (2024)

Os princípios e as práticas de diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade (DEIA) estão cada vez mais presentes nos discursos acadêmicos, na pesquisa científica e na agenda das políticas públicas. Eles envolvem a discussão das dimensões das desigualdades, abordando aspectos étnicos, raciais, geracionais, sexuais, de gênero, classe, dentre outros, que interagem em níveis múltiplos e, muitas vezes, simultâneos. Tais princípios são permeados pela compreensão de que aspectos das identidades sociais e políticas se combinam para criar diferentes formas de discriminação e, também, de privilégios.

Essa compreensão expressa uma perspectiva

- (A) intersticial
- (B) intersetorial
- (C) intersubjetiva
- (D) interseccional
- (E) interdiscursiva

### 2. (2025)

Uma das ferramentas utilizadas no controle de recursos humanos corresponde a aplicação de elementos de jogos e mecânicas de jogo, como recompensas, pontos, rankings e desafios, em contextos não relacionados a jogos, com o objetivo de engajar, motivar e melhorar o desempenho dos colaboradores. Assinale a alternativa correspondente.

- (A) Gamificação.
- (B) Workboard.
- (C) Hondana.
- (D) Software de recrutamento e seleção.

### 3. (2024)

A Gestão de Pessoas corrobora para a construção de um ambiente organizacional onde as relações indivíduo/organização oportunizem resultados mais satisfatórios tanto a nível pessoal quanto corporativo. Nessa sistemática, as políticas e práticas da Administração de Recursos Humanos (ARH) têm impacto positivo no desempenho da organização ratificado por meio dos enunciados a seguir, exceto:

- (A) Melhorar as competências e habilidades dos funcionários, contribuindo para aumentar a motivação dos trabalhadores.
- (B) Manter os funcionários mais competentes comprometidos com a organização e encorajar os não comprometidos com a organização a abandoná-la.
- (C) Nem todas as atividades da ARH têm natureza estratégica.
- (D) Como a ARH é uma função de apoio, ela deve ser consistente com a estratégia, adequada à estrutura da organização e deve contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais.
- (E) Uma diversidade de fatores ambientais influencia no processo de ARH, porém nem todas as mudanças que o ambiente promove na organização têm impacto em seus membros.



## DIREITOS HUMANOS

### 1. (FGV - 2025)

No que diz respeito à justiciabilidade dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- (A) Os Tribunais Internacionais da ex-Iugoslávia e o de Ruanda são os antecedentes do Tribunal Penal Internacional criado pelo Estatuto de Londres em 1998.
- (B) Com competência para julgar os crimes cometidos ao longo do nazismo, seja pelos líderes do partido, seja pelos oficiais militares, o Tribunal de Nuremberg foi regulamentado pelo Acordo de Roma.
- (C) O Tribunal de Nuremberg foi o ponto de partida da justicialização dos Direitos Humanos, inovando ao afirmar a responsabilidade internacional penal do indivíduo.
- (D) O Tribunal Penal Internacional aplica o costume internacional para a condenação criminal de indivíduos pela prática de crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão.
- (E) O exercício da jurisdição internacional pode ser acionado mediante denúncia de um Estado-parte ou de uma ou várias vítimas.

### 2. (FGV - 2025)

Assinale a opção que apresenta corretamente uma característica dos Direitos Humanos, aqueles direitos essenciais e indispensáveis à vida digna.

- (A) Renunciabilidade, pois o titular do direito pode abdicar do seu exercício.
- (B) Alienabilidade, uma vez que podem ser objetos de ação indenizatória, quando violados.
- (C) Essencialidade, em razão de serem essenciais por natureza, do ponto de vista material e formal.
- (D) Prescritibilidade, posto que devem ser exercidos em um determinado período, sob pena de preclusão.
- (E) Dependência, uma vez que são direitos autônomos, que são exercidos de forma independente, um dos outros.

### 3. (FGV - 2025)

Sobre a *teoria geral dos direitos humanos*, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Os direitos humanos são alienáveis, tendo em vista que podem ser atribuídos valores para fins de venda.
- (B) Direitos fundamentais e direitos humanos são sinônimos, uma vez que são aqueles previstos em normas internacionais na defesa da dignidade da pessoa humana.
- (C) A ideia de que os direitos humanos são indivisíveis decorre do reconhecimento de que possuem a mesma proteção jurídica, sendo essenciais para uma vida digna.
- (D) Um dos princípios basilares dos direitos humanos é a universalidade, uma vez que todo cidadão pode exercer o seu direito, mesmo que em detrimento de outrem.
- (E) A teoria jusnaturalista busca explicar os direitos humanos como aqueles que decorrem do ordenamento jurídico produzido pelo homem, que regula os fatos da natureza.



### 1. (FGV - 2023)

No julgamento de um processo perante o Tribunal de Contas do Estado, em que se julgaram incorretas as contas prestadas por um agente público, foi, ao final, imputada a este a obrigação do pagamento do débito apurado.

Sabendo-se que foi observado o devido processo legal, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, é **correto** afirmar sobre o referido processo que:

- (A) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;
- (B) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões não acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;
- (C) há atividade administrativa, sendo a Corte de Contas órgão auxiliar da estrutura do Poder Judiciário brasileiro;
- (D) não há atividade jurisdicional, mas eminentemente administrativa e fiscalizatória, não podendo sua legalidade se submeter ao crivo do Poder Judiciário;
- (E) não há atividade jurisdicional, mas eminentemente administrativa e fiscalizatória, podendo sua legalidade se submeter ao crivo do Poder Judiciário.

### 2. (FGV - 2024)

A jurisdição é a atividade estatal de solução de conflitos de interesse e tutela de direitos. Ao lado da ação e do processo, a jurisdição constitui o tripé fundamental da teoria geral do processo.

Sobre os princípios aplicáveis à jurisdição, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da inevitabilidade aduz que ao juiz não é dado deixar de julgar, ainda que haja lacuna ou obscuridade no ordenamento jurídico.
- (B) A improrrogabilidade é absolutamente incompatível com a prorrogação da competência, ainda que se trate de competência relativa.
- (C) A indelegabilidade veda peremptoriamente a delegação de atos de instrução a outros juízes, como é o caso das cartas de ordem e precatórias instrutórias, as quais são inadmissíveis.
- (D) A investidura dispõe que o juiz deva ser aprovado em concurso público de provas e títulos, motivo pelo qual os membros de tribunais indicados pelo quinto constitucional não possuem investidura.
- (E) O princípio do juiz natural assevera que as regras de competência devem ser prévia e abstratamente definidas, vedando-se a designação de juízos ad hoc.

### 3. (FGV - 2025)

Determinado órgão jurisdicional de primeira instância do País Alfa expediu solicitação de que certo ato processual fosse praticado no território brasileiro.

O embaixador do referido País, que não celebrara tratado sobre a temática com a República Federativa do Brasil, ao tomar conhecimento da expedição da solicitação, observou corretamente que ela deve ser direcionada

- (A) a um juiz federal, que avaliará a observância dos requisitos exigidos e, se for o caso, lhe dará cumprimento.
- (B) ao Supremo Tribunal Federal, que avaliará a observância dos requisitos exigidos, de modo a autorizar o seu cumprimento.
- (C) ao Superior Tribunal de Justiça, que avaliará a observância dos requisitos exigidos, de modo a autorizar o seu cumprimento.
- (D) ao Ministro da Justiça, que avaliará a observância dos requisitos exigidos, de modo a autorizar o seu cumprimento por um juiz federal.



## DIREITO CIVIL

### 1. (FGV - 2025)

Antônia é mãe de três filhas: Dulce, Lia e Severina. Dulce, 15 anos de idade, e Lia, 17 anos de idade, cursam o ensino médio em uma escola estadual pernambucana. Já Severina, 20 anos de idade, por estar em estado de coma internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de um hospital particular, não pode expressar a sua vontade.

Analise a situação hipotética e com base no tema Capacidade civil e direitos inerentes à personalidade, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Todas as filhas de Antônia são relativamente incapazes.
- (B) Dulce e Lia são relativamente incapazes, já Severina, absolutamente incapaz.
- (C) Dulce e Severina são relativamente incapazes, já Lia, absolutamente incapaz.
- (D) Lia e Severina são relativamente incapazes, já Dulce, absolutamente incapaz.
- (E) Dulce e Severina são absolutamente incapazes, já Lia, relativamente incapaz.

### 2. (FGV - 2024)

A emancipação daquele com 16 anos completos dependerá de autorização judicial e registro público quando decorrer:

- (A) da concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público;
- (B) da colação de grau em curso de ensino superior;
- (C) do exercício de emprego público efetivo;
- (D) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria;
- (E) da concessão pelo tutor.

### 3. (FGV - 2024)

Bernardo Isaura, de 56 anos, possui um histórico de alcoolismo que vem se agravando ao longo do tempo, causando grande preocupação à sua família. Temendo o comprometimento de seu patrimônio, sobretudo após ele ter celebrado um contrato de empréstimo pessoal de elevado valor com uma instituição financeira, seus familiares consultam um renomado escritório de advocacia em Mato Grosso em busca de uma solução jurídica. Analise a situação apresentada e assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Comprovada a condição de ébrio habitual de Bernardo, é possível sua interdição como relativamente incapaz.
- (B) Bernardo deve ser considerado como pródigo, sendo possível sua interdição como absolutamente incapaz.
- (C) É possível a interdição de Bernardo como absolutamente incapaz, desde que demonstrada a vulnerabilidade clínica.
- (D) Bernardo é relativamente incapaz, não necessitando de pronunciamento judicial, bastando depoimento pessoal dos familiares.
- (E) Caso a família tenha comprovação do alcoolismo de Bernardo, ele será interditado como absolutamente incapaz.



### 1. (FGV - 2025)

Francisco Morato tem domicílio em Cidade Ocidental/GO e pretende ser empresário individual em Brasília/DF. Se o negócio der certo, Francisco Morato pretende abrir duas filiais, uma em Unai/MG e, outra, em Natividade/TO.

Considerando-se as normas do Código Civil para a inscrição do empresário e da instituição de filiais, é correto afirmar que Francisco Morato devesse realizar sua inscrição como empresário na Junta Comercial do

- (A) Estado de Goiás, tendo como referência a cidade do seu domicílio, Cidade Ocidental, e, com relação as filiais, nas Juntas Comerciais dos Estados de Minas Gerais e do Tocantins, sem necessidade de averbação da constituição das filiais na Junta Comercial do Estado de Goiás.
- (B) Distrito Federal, tendo como referência a sede da sociedade empresaria, Brasília, e, com relação as filiais, nas Juntas Comerciais dos Estados de Minas Gerais e do Tocantins, com averbação da constituição das filiais na Junta Comercial do Distrito Federal.
- (C) Estado de Goiás, tendo como referência a cidade do seu domicílio, Cidade Ocidental, e, com relação às filiais, na mesma Junta Comercial, por ser o lugar do seu domicílio.
- (D) Distrito Federal, tendo como referência a sede da sociedade empresária, Brasília, e, com relação às filiais, na mesma Junta Comercial por ser o lugar da sede.

### 2. (FGV - 2022)

Paulo Ramos explora, em caráter permanente e profissional, empresa rural voltada para o beneficiamento da carnaúba.

Considerando-se a condição de empresário rural de Paulo Ramos, é **correto** afirmar, quanto ao registro na Junta Comercial, que o empresário rural

- (A) está obrigado à inscrição na Junta Comercial, e, caso não o faça, será considerado para todos os fins de direito como empresário irregular.
- (B) não está obrigado à inscrição na Junta Comercial, pois o dever de inscrição só se aplica à sociedade empresária rural.
- (C) apenas está obrigado à inscrição na Junta Comercial caso seja enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- (D) não está obrigado à inscrição na Junta Comercial, mas se vier a fazê-lo, ficará equiparado ao empresário registrado para todos os fins de direito.
- (E) está obrigado à inscrição na Junta Comercial, mas a ele é defeso pleitear enquadramento como microempresário ou empresário de pequeno porte.

### 3. (FGV - 2023)

José é surpreendido pelo sucesso de sua filha, Mariana, como influenciadora digital. Embora ainda tenha 15 anos, Mariana já é um fenômeno das redes sociais, com mais de 20 milhões de seguidores interessados em suas postagens sobre dicas de beleza. Diante dos contratos que precisa assinar relativos a campanhas publicitárias da filha, José percebe o potencial lucrativo de atividade, decidindo, então, organizar os negócios de Mariana, mediante a constituição de sociedade limitada dedicada à exploração comercial de sua imagem.

Nesse contexto, é correto afirmar que Mariana

- (A) não pode ser titular de quotas de uma sociedade limitada, por ser absolutamente incapaz.
- (B) pode ser titular de quotas de uma sociedade limitada, desde que seus responsáveis legais também seja sócios.

**1. (FGV - 2022)**

Assinale a opção que corresponde a bem jurídico coletivo aparente.

- (A) Meio ambiente equilibrado.
- (B) Administração estatal da justiça.
- (C) Incolumidade pública.
- (D) Ordem econômica.
- (E) Relações de consumo.

**2. (FGV - 2022)**

Assinale a opção que apresenta afirmativa correta em relação à função de prevenção especial positiva da pena.

- (A) A imposição da pena ao delinquente tem efeito inibitório sobre outros indivíduos que possam ter intenções criminosas.
- (B) As condições do cumprimento da pena inspiram o propósito do condenado de, no futuro, comportar-se segundo o direito.
- (C) A aplicação da pena ao criminoso reassegura a sociedade da efetiva vigência das normas jurídicas.
- (D) O condenado deve experimentar mal tão grave quanto o que ele infligiu ao ofendido, a fim de que tenha consciência do desvalor de seu comportamento.
- (E) Com o cumprimento da pena, o condenado passa a temer as consequências jurídico-penais de suas ações e desiste de delinquir.

**3. (FGV - 2024)**

Relacione o princípio com a afirmativa com ele compatível:

- 1.Princípio da legalidade
- 2.Princípio da intervenção mínima
- 3.Princípio da culpabilidade
- 4.Princípio da humanidade

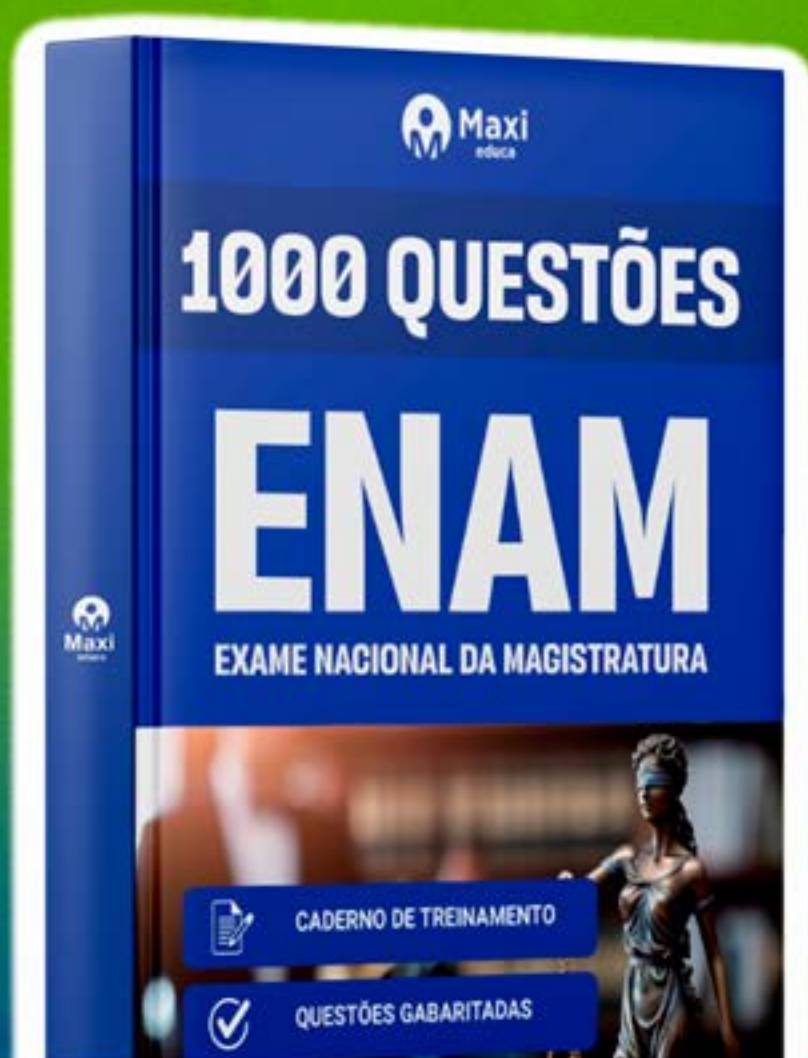
( ) Este princípio também é chamado de ultima ratio, implica na limitação do poder punitivo do Estado, segundo o qual a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de um determinado bem jurídico.

( ) De acordo com este princípio, é vedada a responsabilidade objetiva no direito penal. ( ) A ninguém pode ser imposta uma pena que não esteja prevista em lei.

( ) São vedadas penas que violem a dignidade humana.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 4 – 3 – 2 – 1.
- (C) 2 – 3 – 4 – 1.
- (D) 3 – 2 – 1 – 4.
- (E) 2 – 3 – 1 – 4.



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

**QUERO MINHA APROVAÇÃO!**